

TRÁFICO DE ESCRAVOS E COMÉRCIO ÁRABE EM MOÇAMBIQUE

Carolina do Nascimento de Jesus¹

Resumo

A proposta desse trabalho é promover uma discussão inicial sobre o tráfico de escravos em Moçambique colocando em maior evidência a participação árabe e suaíli que não é visibilizada e sempre é abordada de forma superficial ou mesmo fragmentada sem uma sequência sistematizada da sua origem até as participações efetivas nas estruturas do comércio e tráfico de escravos em Moçambique. A intenção deste artigo é, sistematizar as informações de autores clássicos em uma cronologia inserindo os árabes e mujojos na História do comércio e tráfico de escravos em Moçambique.

Palavras-chave: Tráfico de escravos. Mujojo. Árabes. Suaíli. Escravidão.

Recebido em 20 de outubro de 2020 e aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2020

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em intercâmbio acadêmico na Universidade Rovuma delegação de Nampula. Correio eletrônico: carolinands97@gmail.com.

Introdução

Os árabes, originalmente do Oriente Médio, foram protagonistas de uma das grandes mudanças ocorridas no mundo Oriental, a expansão árabe-muçulmana. Com o advento da religião muçulmana no século VI, a qual tem Maomé como seu profeta, o Oriente Médio mudou totalmente a sua configuração religiosa. Muito rapidamente o islamismo foi conquistando territórios, através da Jihad (Guerra santa) e convertendo os que antes professavam as religiões cristã e judia, o zoroastrismo e ainda aqueles que praticavam o paganismo. Essas duas primeiras ainda eram toleradas por serem religiões monoteístas e aceitas como legítimas antes da revelação ao profeta Maomé, mas para aqueles que praticavam o paganismo e seguiam vários deuses era dada a opção da conversão e em caso de recusa o destino podia ser a escravidão ou a morte².

Conta-se que em Meca, quando se aproximava dos 40 anos, Maomé recebeu a visita do anjo Gabriel em uma noite que dormia sozinho no monte Hira e ali o anjo deu-lhe a missão de recitar a palavra de Deus. Maomé aceitou o chamado renunciando as práticas e crenças idolátricas, adorando dali em diante apenas um Deus. Converteu a sua família, depois ampliou sua influência e aos poucos a religião muçulmana começou a ser notada e ganhar a oposição dos reinantes de Meca, mais tarde começaram as perseguições. Treze anos após o primeiro chamado, o profeta Maomé e seus seguidores emigraram para Medina, essa emigração é chamada de *hijra* (hégira) e marca o início do calendário muçulmano. Em Medina, Maomé tornou-se um governante, foi uma autoridade religiosa, política e militar³.

Anos depois, Medina entrou em guerra com os governantes pagãos da cidade natal do profeta e saiu vitoriosa, essa conquista se tornou importante para história muçulmana, foi depois desta demonstração de força que, espontaneamente, diversas tribos distantes foram até Meca oferecer submissão política, iniciando um movimento pró-muçulmano⁴.

Assim a fé islâmica foi se espalhando e os árabes, anexando territórios através também da Jihad, conquistaram efetivamente terras na Ásia, África e Europa. Algumas outras terras não foram conquistadas efetivamente, mas sofreram influência da religião islâmica e da cultura árabe, como é o caso de Moçambique.

² LEWIS, Bernard. **Os árabes na história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Edição digital. In: _____. O Oriente Médio. Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Edição digital, 2012.

³ Idem.

⁴ Idem.

Chegada dos Árabes na Costa de Moçambique

Pioneiros na navegação pelo oceano Índico os árabes exploraram a costa oriental da África estabelecendo relações comerciais e cumprindo o papel de intermediários entre a África Oriental e a Ásia, abasteciam-se de ouro, escravos, marfim, cascas de tartaruga, cera de abelha, conchas preciosas, chifres de rinoceronte e âmbar. Os árabes já haviam desempenhado este mesmo papel de intermediários no comércio anteriormente entre a África ocidental e a Europa através do Saara e, também, entre a Ásia e o Norte da África para inserir os produtos asiáticos no circuito dos negócios venezianos que detinha monopólio no Mediterrâneo⁵.

Acredita-se que a chegada dos árabes a costa de Moçambique se deu no século VI devido a escavações no sul de Moçambique que revelaram peças de cerâmica do Golfo Pérsico que datam um período anterior aos 700. No entanto, o estreitamento dessas relações só iria ocorrer no século XII, quando para além das relações comerciais estabelecidas a muito, os árabes começaram a fixar-se na Costa Oriental de África e consequentemente em Moçambique⁶.

Aos poucos os árabes começaram a se estabelecer, preferencialmente nas ilhas por motivos estratégicos: defesa de possíveis ataques dos nativos⁷ e o controle e participação no comércio marítimo. Essa fixação não se interiorizou, mas ainda assim estabelecia contatos com os nativos aos quais recebiam a denominação árabe zanj (pretos). Este contato acabou por ocasionar a conversão de muitos chefes locais para a religião muçulmana e a união matrimonial entre mulheres africanas das famílias reinantes e árabes com intuito de afunilar as relações comerciais e exercer alguma influência política nas chefias locais. O resultado dessas uniões será uma miscigenação e a mescla das culturas bantu e árabe, dando origem aos chamados suaílis⁸.

A língua suaíli, que vai se desenvolver aqui, é uma língua essencialmente banta, mas que se enriqueceu e transformou por influência árabe. A religião, em contrapartida, era mulçumana, mas continuava muito impregnada de ritos animistas e o grande tambor continuava a ser um dos símbolos do estado⁹.

⁵ KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2009.

⁶ CACHAT, Séverine. **Ilha de Moçambique uma herança ambígua**. Maputo: Alcance Editores, 2018.

⁷ Neste caso, o povo macua, maioria na região Norte de Moçambique.

⁸ Suaíli é também o nome que se deu a língua falada por essas comunidades, hoje o Suaíli é a língua oficial da Tanzânia que faz fronteira com a Província de Cabo Delgado, onde ainda hoje usa-se também, em pequenas proporções a língua suaíli. KI-ZERBO, op. cit., 2009.

⁹ Ibidem, p. 245.

Reinos Afro Islâmicos

O estabelecimento dos árabes nas ilhas e na costa de Moçambique deu origem a reinos como o Sultanato de Angoche, os Xeicados de Sancul, Quitangonha e Sangage e diversas outras pequenas comunidades islâmicas com estrutura política que seguiam a tradição árabe com elementos africanos. Alguns desses reinos precisaram adotar a alternância de sucessão para contemplar a tradição patrilinear árabe e a matrilinear que é comum na região Norte de Moçambique, onde a ocupação árabe se deu de forma mais intensa. A religião islâmica moldou-se como um fator de coesão social nesses reinos.

Daqui em diante é importante destacar que não estaremos mais falando somente dos árabes originários do Oriente Médio, nomeadamente Golfo Pérsico, estes continuaram a chegar à costa moçambicana e estabelecer relações comerciais, mas não serão a maioria dos aqui citados. Trataremos aqui de seus descendentes que preservaram sua cultura, mas abriram espaço para a inserção de elementos africanos, daqui em diante trataremos da população suaíli, mouros negros para os portugueses e em se tratando especificamente dos de Moçambique, mujojos¹⁰.

Moçambique recebeu árabes vindos do Oriente Médio, mas a sua ocupação também foi feita por suaílis que anteriormente viviam em Kilwa e Zanzibar. Muitos Sultões e Xeiques de Moçambique reivindicavam a linhagem de alguma dessas duas ilhas que foram importantes comunidades islâmicas e atualmente estão situadas no território da Tanzânia.

Até o seu declínio no século XVI - ocasionado pelos conflitos de poder, pela queda do fluxo do ouro de Sofala e pela chegada dos portugueses¹¹ - Kilwa exercia influência sobre Moçambique por se constituir como importante entreposto comercial devido a sua localização que permitia aos comerciantes do Golfo e da Índia chegar e retornar na mesma estação, o que não seria possível se chegassem tão ao Sul como em Moçambique por causa das monções, sua localização também está em uma bifurcação que possibilitava facilmente a ida para Comores e Madagascar ou para Sofala¹².

A tradição oral reforçada pelo relato do governador de Angoche, Eduardo Couto Lupi, conta que depois de serem expulsos por rivalidades políticas, refugiados de Kilwa instalaram-se nas pequenas comunidades islâmicas e originaram os primeiros estabelecimentos das Quirimbas. Os líderes exilados de Kilwa, dividiram-se em dois grupos distintos, cada um com seus seguidores foram os supostos fundadores dos Sultanatos da Ilha

¹⁰ Suaíli de Moçambique.

¹¹ CACHAT, op. cit.

¹² NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lousã: Publicações Europa-América, 2012.

de Moçambique e Angoche. Atribui-se a isso as relações estreitas e semelhança nos costumes entre os dois Sultanatos. Além disso, o declínio de Kilwa coincide com a fundação dos Sultanatos no século XV¹³.

Com a chegada dos portugueses em 1498 na costa de Moçambique, o comércio transíndico exercido por intermédio dos árabes e suaílis se viu ameaçado pela ideia dos portugueses de monopólio comercial, principalmente de ouro e marfim - o comércio de escravos nessa altura ainda não era relevante¹⁴. Foi com a intenção de estabelecer esse monopólio que os portugueses tomaram primeiro Sofala e fundaram uma feitoria em 1505, depois tomaram Kilwa com uso da força, sob a direção de Vasco da Gama. A atividade missionária foi uma outra motivação para tomada dos portos, antes dominados pelos suaílis, como a religião islâmica predominava na costa e exercia influência até no interior, era necessário abrir caminho para que a atividade missionária pudesse agregar fiéis ao catolicismo¹⁵.

Ora em 1568 sobe ao trono de Portugal um rei de catorze anos, ao qual meteu na cabeça conquistar em África um verdadeiro domínio real, onde o tráfico o ouro fosse, enfim, rigorosamente controlado, onde os países fossem expurgados dos negociantes árabes e onde se pudesse dar livre curso a atividade missionária.¹⁶

No entanto, não demorou muito para que os portugueses percebessem que estavam bloqueando o comércio e voltaram atrás na tentativa de reanimá-lo, mas não foi do interesse árabe trabalhar em prol das receitas portuguesas e aumentar o fluxo dos portos¹⁷. Newitt descreve como o setor de créditos - destinado a exportação de marfim e ouro para Índia e importação de tecidos - quebra no século XVI, pela retirada dos investimentos das famílias muçulmanas de mercadores. A Coroa Portuguesa não tinha recursos para cobrir tamanho investimento.

Por falta de meios, os portugueses não conseguiram assumir o controlo dos estabelecimentos costeiros e viram-se obrigados a coabitar com as comunidades mercantes afro-muçulmanas. Os árabes serão, contudo, expulsos da maior parte dos territórios situados a Sul de Angoche.¹⁸

Depois que o Porto de Sofala – onde foi implantada a primeira feitoria de Moçambique por causa do ouro – mostrou-se pouco profundo para receber os navios Portugueses na rota das Índias, a Ilha de Moçambique foi ocupada efetivamente em 1507, por oferecer condições ideais, passou então a ser o principal porto de escala entre Lisboa e

¹³ CACHAT, op. cit.

¹⁴ NEWITT, op. cit.

¹⁵ KI-ZERBO, op. cit.

¹⁶ Ibidem, p. 390.

¹⁷ KI-ZERBO, op. cit.

¹⁸ CACHAT, op. cit., p. 32.

Índia, onde eram feitos reparos e abastecimento nos navios. Os mujojos ali presentes coexistiram com os portugueses, mantendo relações complexas de concorrência e alianças¹⁹.

Nos séculos XVII e XVIII foram estabelecidas relações de interesses recíprocos entre os portugueses e os xeques e sultões das comunidades costeiras. Os portugueses esperavam dos chefes muçulmanos o desincentivo de qualquer atividade comercial que pudesse ser feita com outras potências europeias, assim como esperavam que fornecessem ajuda aos naufragos sobreviventes que chegassem até a costa, os Xeques por sua vez queriam estabelecer comércio com os portugueses, ambos admitiam a necessidade de juntarem forças contra possíveis ataques dos chefes locais²⁰.

Essas relações foram formalizadas no século XVIII, quando os portugueses nomearam os líderes muçulmanos com o título de capitão-mor, estreitando as relações mais ainda. Enquanto o sultão de Angoche, por exemplo, não pagavam nenhuma taxa alfandegária referente a navios enviados para Ilha de Moçambique, os portugueses por sua vez intervinham nos problemas de sucessão e contavam com a ajuda dos muçulmanos para manutenção das rotas comerciais e contribuição no efetivo militar quando era necessário adentrar o interior. Essa relação irá se manter de forma harmoniosa até os Xeques e Sultões começarem a atuar de forma independente no tráfico de escravos e negociar diretamente com navios estrangeiros²¹.

Mas as relações não se deram sempre com cooperação mútua, as Ilhas Quirimbas, na província de Cabo Delgado foram bombardeadas pelos portugueses sob a desculpa dos muçulmanos recusarem-se a vender cordas de fibras de coco, no entanto, Portugal tinha interesse em acabar com a atividade mercantil independente praticada na ilha²².

Tráfico de escravos em Moçambique

A ocupação Holandesa, em 1641, na cidade de Luanda em Angola, voltou as atenções para a costa de Moçambique devido a demanda de escravos que por um determinado momento esteve impossibilitada de ser suprida por Angola. Em 1643 o Brasil começou a importar escravos de Moçambique, mas com a vitória dos portugueses sob os holandeses, em 1648, o tráfico para o Brasil passou a ser feito de forma esporádica e acabou sendo superado pelos franceses. O Brasil somente voltaria a importar escravos de Moçambique em uma quantidade significativa no início do século XIX²³.

¹⁹ CACHAT, op. cit.

²⁰ NEWITT, op. cit.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ CACHAT, op. cit.

Na primeira metade do século XVIII surge uma demanda de mão de obra nas Ilhas francesas do Índico que inicialmente vai ser suprida por escravizados de Madagáscar, no entanto, “Os escravos africanos têm a reputação de ter uma melhor constituição física do que os de Madagáscar, outra fonte de aprovisionamento das Ilhas Mascarenhas.”²⁴ e devido a essa crença, os franceses vão direcionar as suas atenções a costa oriental da África, passando a fazer visitas frequentes nos portos de Moçambique.

Com a tentativa de estabelecimento do monopólio português, qualquer comércio com alguma outra potência era proibido em Moçambique, exceto em caso de urgência. Porém, a rentabilidade oferecida pelo tráfico com os franceses acabou por estabelecer um comércio ilícito de grandes proporções. O tráfico clandestino ficou ainda mais intenso quando, em 1752, Moçambique saiu da tutela de Goa. Quando a Coroa portuguesa notou que esforços empreendidos para eliminar o tráfico não estavam dando resultados, passou a encorajar que este comércio fosse feito pelos seus próprios navios²⁵.

Em 1785, Portugal declara legalizada a participação dos franceses no comércio de escravos, com a condição de ser feito a partir da Ilha de Moçambique – para melhor controle de entrada e saída e pagamentos das taxas – e não mais de outros portos submissos como do Ibo, onde se poderia apelar “caso os governadores decidissem antipatizar com os franceses, então este comércio transferia-se para o porto do Ibo, situado a norte, onde os afro-portugueses instalados nas Quirimbas se mostravam prontos a negociar fosse com quem fosse”²⁶.

Não se sabe muito sobre a origem ou como eram obtidos os escravos, o norte de Moçambique parece ter sido a maior área abastecedora, mas existiram outras como Sofala, Inhambane e a Zambézia. Mas o que mais nos interessa aqui é entender como estava organizada a estrutura que fazia funcionar o tráfico de escravos em Moçambique.

Movido por relações de alianças e rivalidades, a estrutura do tráfico constituía-se em uma tríade que contava com os chefes locais, para a captura de homens, mulheres e crianças no interior, sendo levados até a costa onde eram passados para os mujojos que atuavam como intermediários e negociavam com os franceses ou deslocavam os escravizados até a Ilha de Moçambique, veremos que isso dependerá do período e se a condição do tráfico será legal ou ilegal.

Os árabes e suaílis comercializavam e transportavam escravos em *pangaios*, pequenas embarcações de navegação rápida e de custos reduzidos – o que era uma vantagem – capaz de transportar entre 60 e 180 escravos. Outra vantagem era a ligação

²⁴ Ibidem, p. 37.

²⁵ NEWITT, op. cit.

²⁶ Ibidem, p. 228.

com os chefes das costas pela língua e ainda pela religião muçulmana. Tanto no comércio como no tráfico de escravos, esses fatores deixavam-nos a frente dos comerciantes afro-portugueses e dos próprios portugueses²⁷.

Em 1819, os *pangaios* árabes e *mujojos*, que eram os principais abastecedores da Ilha de Moçambique, ganharam isenção do pagamento dos direitos de importação de escravizados. Os pagamentos dos direitos eram feitos apenas nos casos de carga de escravizados vinda do exterior porque²⁸.

Na realidade, os suahilis tanto procuravam escravos nas costas de Moçambique e nas ilhas de Cabo Delgado para abastecerem Quíloa, Mombaça e Zanzibar, como de lá supriam a Ilha de Moçambique com os escravos em falta para além dos que eram postos à disposição pelos portos subalternos e pelas rotas comerciais que, a partir do interior, lhes faziam chegar diretamente.²⁹

Ora, se Moçambique recebia também escravos do exterior para suprir a procura em sua costa, então podemos dizer que não apenas era fornecedora de escravizados, mas também um entreposto comercial do comércio de escravizados, onde os compradores sabiam que conseguiriam a mercadoria.

Tráfico ilegal em Moçambique

Houve dois tipos de tráfico ilegal em Moçambique, o já citado comércio com os franceses que só veio a ser liberado e regulamentado por Portugal em 1785, mas que iria voltar a condição de ilegal quando Portugal e França cortam relações diplomáticas, em 1808, devido as guerras napoleônicas. E o tráfico ilegal devido aos tratados que tentaram acabar com o tráfico por meio da abolição.

A abolição, ou as várias tentativas dela alteraram a dinâmica do tráfico nas costas Moçambicanas dando um protagonismo aos reinos afro islâmicos, eles se adaptaram como uma rede alternativa para que o comércio pudesse ser mantido. Ao total Portugal adotou quatro medidas que chegaram até Moçambique, mas não necessariamente afetaram ao tráfico de escravos, pelo menos não da forma desejada. Em 1810, sob pressão britânica, Portugal declara a abolição gradual do tráfico, nessa altura a Grã-Bretanha já havia abandonado o tráfico de escravos, em 1807, e grande parte dos entrepostos franceses e holandeses estavam suspensos por motivos de guerras, sendo assim os compradores acabaram voltando-se para as colônias portuguesas e os negreiros do Brasil passaram a criar um maior interesse nos portos de Moçambique, convergindo com a grande seca que

²⁷ CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Maputo: Edições Afrontamento, 2002.

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem, p. 104.

assolou o território na primeira metade do século XIX - a seca forçava um movimento de migração dos nativos que se constituía em oportunidade para raptos - nota-se nesse período um aumento do tráfico em Moçambique ao invés de diminuir, como se pretendia . Em 1836, proibiu-se o tráfico nas colônias portuguesas, mas a proibição causa uma insatisfação tão grande que o decreto é adiado até 1837. Em 1846 é concedida uma licença aos britânicos para aplicar tratados de proibição e em 1857 aplicou-se um decreto de proibição junto com a abertura do consulado britânico na Ilha de Moçambique para fiscalização. Essas duas últimas medidas são provas da ineficiência das anteriores.

Enquanto o responsáveis pela política colonial instalados em Lisboa abraçavam as causas relativas ao abolicionismo e à liberdade de comércio, os representantes oficiais de Portugal em Moçambique acabaram por se envolver numa economia clandestina que, e através de uma série de laços onde a satisfação dos interesses de ambas as partes era a única coisa que contava, os ligava aos xeques estacionados nas cidades costeiras e aos poderosos traficantes de escravos a operar no interior.³⁰

Devido à condição de ilegalidade e a fiscalização britânica do tráfico de escravos, surgiu a necessidade de criar uma rede alternativa de escoamento dos escravizados, o comércio escravagista se dispersou por toda costa para dificultar a fiscalização, acabando por beneficiar os Reinos Afro Islâmicos, principalmente Angoche, Quitangonha, Sancul e Sangage. Portos clandestinos que recebiam franceses e armadores interessados em levar escravizados para as Américas. Essas áreas atingiram uma enorme prosperidade comercial, Quitangonha destacou-se e depois Angoche, que tinha o porto mais importante na clandestinidade, fornecendo escravos inclusive para outros portos clandestinos ao longo da costa.

A proximidade de Sancul e Quitangonha da Ilha de Moçambique tornava improvável uma possível independência destes reinos afro islâmicos mas Angoche, por outro lado, começou a ser vista como ameaça pela dimensão de sua influência no interior conquistada através do desenvolvimento de novas rotas, pelo seu desenvolvimento interno que agregava mercadores portugueses e afro portugueses na cidade e suas redes negreiras próprias que certamente foi a maior ameaça que Portugal identificou, uma rede comercial independente. Receando um acordo bilateral entre o governo britânico e Angoche, em 1847, Portugal enviou um navio de guerra com o objetivo de obrigar a assinatura de um tratado proibindo o tráfico e, diante da recusa, Angoche foi bombardeada em uma ação conjunta de Portugal com o governo britânico³¹.

³⁰ NEWITT, op. cit., p. 233.

³¹ NEWITT, op. cit.

As principais famílias de Angoche, nos anos 50 do século XIX, começam a expandir e intervir no interior, usando os escravos que, devido a saída do Brasil do tráfico de escravos, estavam se acumulando nos portos a espera de compradores, esses escravos foram usados para construir um exército e para aumentar os lucros do sultanato através das conquistas. Essa não foi uma atitude isolada do Sultanato de Angoche, no entanto, um nome emergiu, Mussa Mamadi Sabo, meio irmão do sultão de Angoche e conhecido pelos portugueses como Napoleão da África Oriental. Mussa Quanto, como também era conhecido, conquistou territórios e obrigou chefias Macuas a reconhecerem a soberania do Sultanato³². Nessa altura, os afro-islâmicos não eram apenas intermediários, já adentravam o interior e raptavam, sobretudo mulheres e crianças para comercializar³³.

Abolição do tráfico de escravos da França

A França abole a escravidão em todas as suas colônias no ano de 1848 e com isso as Ilhas Francesas do Índico passam a se encontrar em uma situação difícil. Totalmente dependentes de mão de obra externa para a continuação do cultivo da cana de açúcar, os franceses não mais queriam repetir a mal sucedida tentativa com os chineses preferindo os africanos, o que os levou a criar uma manobra para possibilitar uma continuidade. Criaram uma condição de servidão chamada *engagés* (engajados) os quais eram adquiridos como escravos e contratados sob a condição servil em um período dez anos e em condições não muito diferentes das oferecidas aos escravos³⁴.

Essa manobra funcionou durante algum tempo, mas a Coroa Portuguesa começou a opor-se ao comércio de engajados, alegando ser uma continuidade da escravatura, junto a isso Napoleão proíbe a procura por trabalhadores na costa africana oriental, em 1859. Mais uma vez o tráfico se adapta a condição da ilegalidade. A logística muda novamente, os escravos passam a ser transportados dos portos clandestinos de Moçambique para Madagascar ou Ilhas da Reunião, o transporte era feito em *pangaios* árabes e *mujojos* que foram os maiores beneficiados com essas alterações.

Estas pequenas embarcações iam de Moçambique para os pequenos portos da costa noroeste de Madagascar, e mais tarde, também para uma pequena ilha a norte de Nossi-Bé que os negreiros árabes utilizavam como centro de descarga de escravos. Dali eram levados em canoas para a grande ilha ou para Nossi-Bé.³⁵

Podemos perceber a importância do papel que os *mujojos* desempenharam no tráfico de Moçambique quando notamos que neste momento eles não exerciam somente o

³² Idem.

³³ CAPELA, op. cit.

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem, p. 118.

trabalho como intermediário, aqui eles atuam em todas as etapas do tráfico de escravos, a captura, o transporte e a venda.

A situação do tráfico de escravos foi ficando cada vez mais crítica com o passar dos anos, tornou-se muito comum o roubo de escravos, raptos de pessoas, principalmente mulheres e crianças. Na costa eles eram muitos e vendidos por preços baixos. Em 1888, foi necessário estabelecer um bloqueio para reprimir o tráfico de escravos, mas também o de pólvora e armas de fogo que auxiliavam na captura³⁶. As armas de fogo foram introduzidas na chegada dos franceses, mesmo depois de Portugal ter renunciado delas para evitar o mesmo que ocorreu na África Ocidental. Uma vez introduzida, as armas de fogo modificaram as relações estabelecidas concedendo poder a quem as tinham em maior quantidade. O bloqueio de 1888 foi contestado alegando a necessidade de defesa dos chefes locais, uma vez que os árabes fabricavam a sua própria pólvora e por isso não teriam problemas com abastecimento e continuaram a capturar os nativos, só que dessa vez com menor resistência³⁷.

O Tráfico de escravos em Moçambique ocorreu até o século XX, José Capela relata uma apreensão em 1902 de um pangaio transportando escravizados em que os responsáveis, árabes, foram presos e punidos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo no início era discutir também o tráfico de escravos feito pelos árabes a partir de Moçambique com destino ao Oriente Médio, no entanto, devido à falta de fontes, referências e tempo, o artigo tomou rumo de acordo com a bibliografia disponível. Como vimos, os árabes participaram ativamente no comércio desenvolvido em Moçambique anteriormente à chegada dos portugueses. Influenciaram na cultura, língua e religião e estabeleceram-se em Moçambique criando uma população miscigenada que também iria dominar o comércio, pelo menos até a chegada dos portugueses em Moçambique, daí então, depois de um conflito inicial foi necessário um esforço de ambas as partes para coexistirem. A aproximação se deu, em forma de aliança para atender interesses que convergiam. Além do comércio, os mujojos estavam presentes no tráfico de escravos que viveu o seu auge na primeira metade do século XIX, onde contava com a presença dos navios franceses e em determinado momento com a presença dos navios americanos.

³⁶ CAPELA, op. cit.

³⁷ NEWITT, op. cit.

Moçambique viveu várias oscilações quando se tratou de legalidade, criando mecanismos para conseguir manter uma estrutura, extremamente rentável, e que englobava os chefes locais, Xeiques e Sultões, governadores corruptos e os compradores de escravizados, mais frequentemente franceses. A abolição do tráfico nas colônias portuguesas foi decretada teoricamente em 1836, no entanto, o tráfico se arrastou até o início do século XX, com a participação dos mujojos. A discussão sobre o tráfico de escravos em Moçambique quase sempre tem sido difícil de encontrar quando se trata de um aspecto tangencial como o envolvimento dos árabes e mujojos, vital para o funcionamento da estrutura, mas quase sempre observado como não importante ou secundário.

O que é possível concluir a partir deste trabalho é que todas os agentes orgânicos dessa estrutura foram importantes para a manutenção de seu funcionamento. Com uma atuação intermediária, foram os árabes que possibilitaram o escoamento pelos portos clandestinos na situação de ilegalidade e que desenvolveram todas as etapas no fim do tráfico, mas antes disso, o transporte dos escravos para a Ilha de Moçambique já era responsabilidade deles, assim como o comércio com o exterior através de uma rede de talassocracias. O tráfico em Moçambique foi capaz de se adaptar a todas as situações de ilegalidade interna e depois também a ilegalidade da participação francesa devido a abolição. Sendo assim é possível observar uma estrutura complexa no tráfico, mas potencialmente modelável as condições impostas para continuação da atividade escravista.